UNP-UNIVERSIDADE POTIGUAR

LORENA CAPISTRANO DA CRUZ MACHADO
PALLOMA BEZERRA CORTEZ BARBOSA
SAYONARA TAVEIRA NUNES

INTERSECCIONALIDADES NO ÂMBITO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO BRASIL

NATAL/ RN

2023

LORENA CAPISTRANO DA CRUZ MACHADO
PALLOMA BEZERRA CORTEZ BARBOSA
SAYONARA TAVEIRA NUNES

INTERSECCIONALIDADES NO ÂMBITO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduado em Nutrição.

Orientador: Dr. Fausto Pierdoná Guzen
Co-orientador: Dr. Diogo Vale
Avaliador: Laura Camila P. Liberalino

NATAL/ RN

2023

INTERSECCIONALIDADES NO ÂMBITO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO BRASIL

INTERSECTIONALITIES IN THE CONTEXT OF THE NUTRITIONAL STATUS OF SOCIALLY VULNERABLE ADOLESCENTS IN BRAZIL

MACHADO, Lorena Capistrano da Cruz

BARBOSA, Palloma Bezerra Cortez

NUNES, Sayonara Taveira

RESUMO

Introdução: A interseccionalidade no contexto de insegurança alimentar e nutricional, considerando grupos socioeconomicamente vulneráveis segundo gênero e cor/raça, parece se relacionar diretamente às maiores prevalências de desvios de estado nutricional entre adolescentes brasileiros. Para reconhecer essa realidade, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) permite o monitoramento de dados antropométricos dos usuários da Atenção Primária do Sistema Único de Saúde e em programas de transferência de renda de todas as fases da vida. **Objetivo:** Estimar as prevalências de déficit de estatura, de excesso de peso e de magreza entre adolescentes brasileiros participantes de programas de transferência de renda segundo critérios de sexo e cor/raça em 2022. **Métodos:** Tratou-se de um estudo ecológico descritivo, realizado a partir de dados secundários registrados no SISVAN no ano de 2022. A avaliação antropométrica foi realizada a partir dos indicadores estatura por idade e índice de massa corporal por idade. **Resultados:** Observou-se maior prevalência de déficit estatural em adolescentes indígenas de gênero feminino (26,42%) e masculino (22,42%), apresentando menor prevalência em meninos brancos (9,62%). Com relação às prevalências de obesidade, as meninas brancas apresentaram maior predominância (10,8%), em detrimento das meninas indígenas que obtiveram o menor percentual (7,4%). Em contrapartida, a magreza foi mais prevalente entre meninos brancos (4,9%)

e menor, entre meninas indígenas (2,2%). **Conclusão:** Verificou-se importante diferenças interseccionais no estado nutricional entre adolescentes. Nesse sentido, o déficit de estatura associou-se à população indígena, a obesidade às adolescentes brancas e a magreza, aos adolescentes brancos. Com isso, constata-se que a população indígena deve ser foco de ações para reversão da desnutrição crônica, e as meninas brancas para a prevenção e o tratamento da obesidade. Isso reforça a necessidade da continuidade do monitoramento do estado nutricional e da realização de ações de enfrentamento para o cenário encontrado.

Palavras-Chaves: Adolescentes; Estado Nutricional; Interseccionalide; Insegurança alimentar.

ABSTRACT

Introduction: Intersectionality within the context of food and nutritional insecurity, considering socioeconomically vulnerable groups, gender and color/race, appears to be directly related to deviations in nutritional status among Brazilian adolescents. To recognize this reality, the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN) allows the monitoring of anthropometric data of users of Primary Care of the Unified Health System and in income transfer programs at all stages of life. **Objective:** To estimate the prevalence of stunting, overweight and thinness among Brazilian adolescents participating in income transfer programs according to sex and color/race criteria in 2022. **Methods:** This was a descriptive ecological study, carried out on based on secondary data registered in SISVAN in the year 2022. The anthropometric assessment was carried out using indicators of height for age and body mass index for age. **Results:** A higher prevalence of stunting was observed in indigenous female (26.42%) and male (22.42%) adolescents, with a lower prevalence in white boys (9.62%). Regarding the prevalence of obesity, white girls were more prevalent (10.8%), to the detriment of indigenous girls who had the lowest percentage (7.4%). On the other hand, thinness was more prevalent among white boys (4.9%) and less prevalent among indigenous girls (2.2%). **Conclusion:** There were important intersectional differences in nutritional status among adolescents. In this sense, stunting is associated with the indigenous population, obesity among white adolescents and thinness among white adolescents. Therefore, it appears that the indigenous population must be the focus of actions to reverse chronic malnutrition, and white girls for the prevention and treatment of obesity.

This reinforces the need to continue monitoring nutritional status and carrying out actions to combat the scenario encountered.

Keywords: Adolescents; Nutritional Status; Intersectionality; Food insecurity.

1. Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) "a adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial" (BRASIL, 2007). Essa fase da vida é definida como a faixa etária compreendida entre 10 e 19 anos caracterizada por intenso crescimento e desenvolvimento e por alterações morfológicas e fisiológicas complexas, nas quais a nutrição desempenha um importante papel (BRASIL, 2007). Além disso, durante essa fase de rápida transformação, as necessidades nutricionais são específicas e variam de acordo com o sexo, a idade e o estágio de desenvolvimento individual. Outrossim, a alimentação desempenha um papel vital na prevenção de problemas de saúde a curto e longo prazo, influenciando não apenas o crescimento físico, mas também aspectos psicológicos e sociais da vida dos adolescentes (ROSSI et al., 2008).

No estudo conduzido por SILVA *et al.* (2022), verificou-se que diante desse cenário de intensas alterações vivenciadas nessa fase existe risco de comprometimento de aspectos nutricionais podendo interferir sobre desenvolvimento orgânico esperado para esse estágio da vida.

Em virtude disso, no Brasil, estudos realizados com o objetivo de identificar fatores associados à insegurança alimentar domiciliar de diversas populações encontram diferenças demográficas e socioeconômicas. Tanto características contextuais, como residir nas regiões Norte e Nordeste do país, quanto individuais, como viver com baixa renda, ser de raça/cor negra e do sexo feminino como sendo fatores relacionados com a maior prevalência de insegurança alimentar, refletindo em um contexto de interseccionalidade.

> A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na

> reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p 62-63).

A alimentação e nutrição são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, garantido o pleno desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas inseridas em uma sociedade. A Insegurança Alimentar e Nutricional ocorre quando a SAN não é garantida integralmente. Nem sempre a insegurança alimentar e nutricional refere-se a falta de comida na mesa, mas também é sobre o tipo de comida que ali está. Isso fica ainda mais evidente quando a população brasileira passa por mudanças sociais que interferem no consumo alimentar, sendo a vulnerabilidade social um fator de risco para uma alimentação não saudável. A condição de INSAN tem influência na saúde da população, apontando para um cenário de múltipla carga de má nutrição, onde observa-se a coexistência de desnutrição, carências nutricionais, excesso de peso, e doenças crônicas não transmissíveis nas mesmas comunidades e até mesmo nos mesmos domicílios. (BRASIL. Ministério da saúde)

Sabe-se que a insegurança alimentar vivenciada durante a infância e adolescência além de associar-se a prejuízos físicos, emocionais e mentais no curto prazo, compromete o crescimento e desenvolvimento, impedindo que seu potencial físico e cognitivo seja alcançado (POBLACION, 2016 apud Faria, 2020).

Dentre as condições de insegurança alimentar e nutricional, o déficit estatural associa-se a processos de longa duração e decorrente de acúmulos de retardo de crescimento indicando, por isso, formas crônicas de desnutrição. O crescimento e a estatura final de um indivíduo dependem, fundamentalmente, da interação entre seu potencial genético e a influência de diversos fatores ambientais. Além disso, diferentes estudos no mundo têm mostrado que a desnutrição no início da vida associa-se à obesidade e outras condições crônicas ao longa da vida, como maior acúmulo de gordura subcutânea e maior prevalência de excesso de peso também já foram associados à baixa estatura (SANTOS et al., 2009).

Sabe-se que a obesidade é uma questão multifatorial que precisa ser analisada dentro do público adolescente. No contexto, a análise dos desvios nutricionais (magreza, risco de sobrepeso, sobrepeso, obesidade e déficit estatural) precisam ser investigados considerando os efeitos das questões intersecionais no desenvolvimento desses agravos.

Precisa-se identificar os efeitos de ser adolescente do sexo feminino e negras ou indígenas nas prevalências dessas problemáticas. Acredita-se que esses fatores sociodemográficos podem se interligar e afetar as experiências alimentares dos adolescentes.

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo estimar as prevalências de déficit de estatura, de excesso de peso e de magreza entre adolescentes brasileiros participantes de programas de transferência de renda segundo critérios de sexo e cor/raça em 2022. Ao fazer isso, lançamos luz sobre as disparidades nutricionais contribuindo para o desenvolvimento de políticas e intervenções mais eficazes para melhorar a saúde e o bem-estar dessa população.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico e descritivo realizado a partir dos dados coletados relacionados às prevalências demonstradas através dos indicadores de saúde Estatura por idade (muito baixa estatura por idade e baixa estatura por idade), IMC por idade (magreza acentuada, magreza, eutrofia, risco de sobrepeso, sobrepeso, obesidade) gerados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVANweb).

O SISVAN Web é um sistema informatizado de registro e geração de relatórios públicos dos dados da população atendida na atenção primaria a saúde (APS).

Os dados de prevalência do estado nutricional foram coletados a partir dos relatórios consolidados, disponíveis em < https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>, referente ao ano de 2022.

Os filtros utilizados para a coleta dos dados no SISVAN Web foram os seguintes: tipo de relatório, sendo selecionado o “estado nutricional”; o ano de referência escolhido foi de 2022 e, em seguida foram selecionados todos os meses. No “agrupamento por Estado” foram selecionados todos e todas as Regionais de Saúde. Nas abas “região de cobertura”, “povo e comunidade” e “escolaridade”, foi selecionado a opção “todas”, e “todos” respectivamente; na aba de “acompanhamentos registrados foi selecionado “sistema de gestão do auxílio Brasil (DATASUS)”, foi selecionado a opção adolescentes na Aba “fase da vida”. O processo foi repetido para cada sexo (Feminino/masculino) e para cada “raça/cor” (branco, preto, pardo, indígena) Por fim, em “Índice” foram selecionados “Estatura x Idade” (E/I) e “IMC x Idade” (IMC/I).

A avaliação nutricional de adolescentes tem como referência as orientações da OMS, a qual recomenda a classificação do estado nutricional de adolescentes a partir da aplicação do índice antropométricos IMC para-idade (GOMES et al., 2010). O estado nutricional de acordo com os relatórios públicos do SISVAN considera a classificação do IMC-para-Idade nas categorias (quadro 1).

Quadro 1 – Pontos de corte de IMC por idade e estatura por idade para adolescentes:

Percentil (P)	Escore (Z)	Diagnostico nutricional IMC/I	Diagnostico nutricional E/I
< P 3	≥ Z -3 e < Z -2	Magreza	Baixa estatura para idade
≥ P 3 < P 85	≥ Z -2 < Z +2	Eutrofia	Estatura adequada para idade
≥ P 85 < P 97	≥ Z + 1 < Z + 2	Sobrepeso	Estatura adequada para idade
≥ P 97	≥ Z + 2 e ≤ Z +3	Obesidade	Estatura adequada para idade

Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2007

Seguindo o que foi supracitado, a análise dos dados foi realizada utilizando procedimentos estatísticos descritivos concernentes em bancos de dados constantes no SISVAN Web, referente ao ano de 2022. A análise desenvolvida serviu de substrato para a elaboração das tabelas constantes no presente estudo e que se classificam segundo o IMC/I e segundo a E/I abrangendo a totalidade das regiões do país. Todas as tabelas foram geradas no programa Excel que integra o pacote Office.

Resultados

Dentre 2.420.630 (meninos e meninas) adolescentes brasileiros socioeconomicamente vulneráveis analisados em 2022, foi verificada uma prevalência de déficit estatural maior nas meninas indígenas (26,42%), seguidas pelos meninos indígenas (22,42%). Em contrapartida, as meninas (10,37%) e os meninos brancos (9,62%) representaram as menores prevalências (Figura 1).

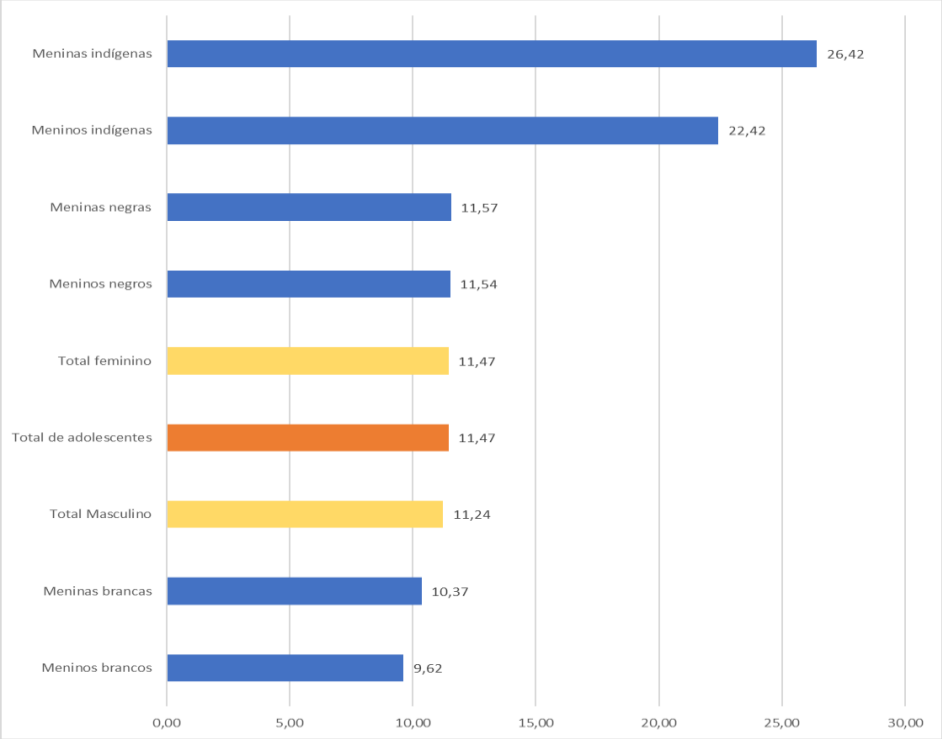

Figura 1: Prevalência de déficit estatural entre adolescentes brasileiros socioeconomicamente vulneráveis segundo sexo e cor/raça, SISVANweb, Brasil, 2022.

Já a prevalência de sobrepeso nessa população foi maior entre as meninas indígenas (23,8%), seguidas pelas meninas brancas (19,5%). As prevalências de sobrepeso foram menores entre os meninos indígenas (17,0%) e os meninos negros (16,9%) (figura 2).

No que tange os resultados referentes à obesidade, têm-se uma maior prevalência em meninas brancas (10,8%) e nos meninos indígenas (10,3%). As meninas indígenas representavam a menor prevalência (7,4%) juntamente com os meninos negros (8,5%) (figura 2).

Em contrapartida, as prevalências de magreza foram maiores em meninos brancos (4,9%) e meninos negros (4,8%) e menos presente em meninos e meninas indígenas que obtiveram (3,0%) e (2,2%) respectivamente (figura 2).

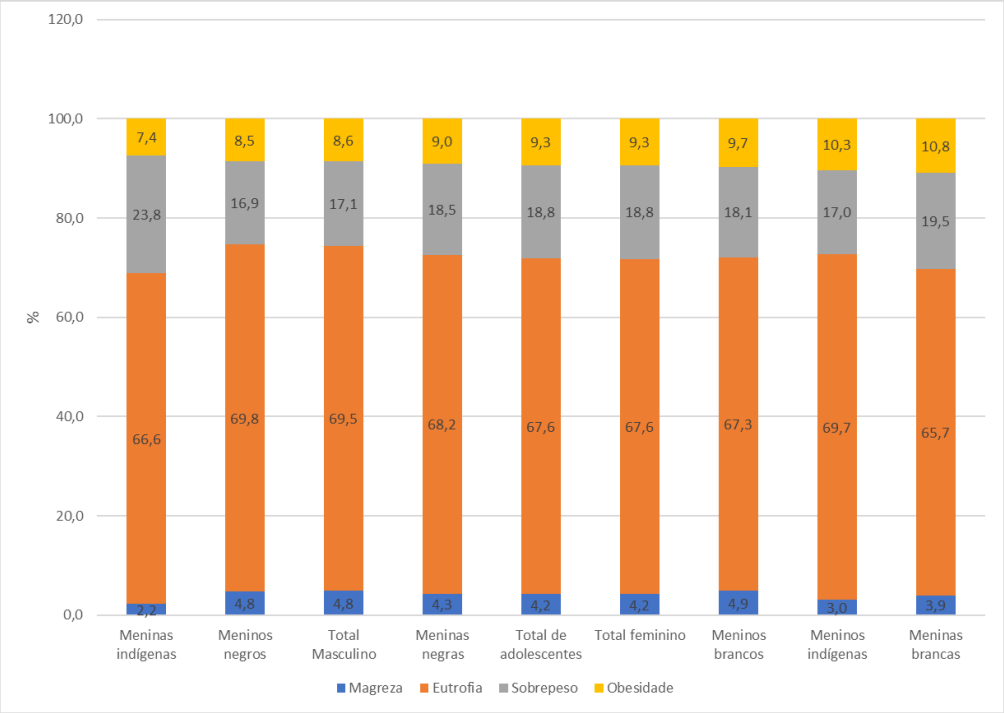

Figura 2: Prevalência de Magreza, Eutrofia, Sobrepeso e Obesidade entre adolescentes brasileiros socioeconomicamente vulneráveis segundo sexo e cor/raça, SISVANweb, Brasil, 2022

3. Discussão

O presente estudo evidenciou que no ano de 2022, entre adolescentes brasileiros socioeconomicamente vulneráveis, houve uma maior prevalência de déficit estatural entre meninos e meninas indígenas. Em contrapartida, houve uma menor prevalência desse marcador em meninos e meninas brancas. Esses resultados podem ser justificados pela insegurança alimentar vivenciada pela população indígena, demonstrando que essas condições de acesso aos alimentos geram carências nutricionais que reverberam na estatura dessa população. Há uma importante relação entre o déficit estatural na infância e na adolescência e as más condições de vida e ambiente, as quais são mais evidentes em comunidades indígenas brasileiras (CASTRO et al., 2010).

Consoante a questão supracitada, Castro e colaboradores (2010) que investigaram a situação alimentar e nutricional de povos indígenas brasileiros, apontaram que esse deve ser um dos temas prioritários de investigação. Está cada vez mais evidente a necessidade de estudos de avaliação nutricional como forma de medir o papel exercido pelos fatores ambientais sobre as condições de vida, saúde e nutrição de populações indígenas. Além disso, a grande diversidade étnica e regional soma importância para que se conheça o perfil epidemiológico dos grupos, com intenção de

auxílio na organização, planejamento e melhoria da qualidade dos serviços de assistência à saúde e na orientação de ações e programas específicos.

Em outro polo dos desvios nutricionais tem-se a obesidade como uma doença/condição crônica que vem se tornando cada vez mais prevalente e ganhando proporções preocupantes nas questões de saúde pública. Muitos especialistas consideram a obesidade como um dos problemas de saúde mais sérios da sociedade moderna, devido as sérias complicações causadas por essa patologia. De acordo com FONSECA, SICHIERI e VEIGA (1998) quanto mais prevalente a obesidade se torna, maior é o estímulo e a necessidade para se estudar grupos populacionais mais vulneráveis ao problema, sendo possível levantar hipóteses relacionadas a determinação dessa patologia.

Atualmente, a prevalência de sobrepeso e obesidade vem aumentando em ritmo bastante acelerado no mundo, e não é diferente na população indígena, tomando caráter epidêmico. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) 2008-2009, em quatro décadas, houve um aumento contínuo da prevalência de sobrepeso e obesidade na população adulta feminina passando de 8% para 16,9%. Demonstrando a magnitude e a gravidade que o problema assume entre mulheres de todo país (BENICIO E FERREIRA, 2015).

No Brasil, pesquisas que compararam os perfis de saúde de indígenas e não indígenas apontaram para a ocorrência de marcadas iniquidades. Nesse âmbito, podem ser citadas as análises sobre déficit de crescimento e anemia em menores de cinco anos, cujas prevalências são, respectivamente, quatro e duas vezes maiores quando comparadas àquelas de crianças não indígena (HORTA et al., 2013).

Porém, apesar da obesidade ser um fator de risco à saúde, aumentando a sensibilidade a doenças crônicas na população, na área da saúde, pouco se discute a prevalência desse problema na população indígena e isso dificulta ainda mais as ações de promoção à saúde. De acordo com SANTOS e COIMBRA (2000), o perfil epidemiológico dos povos indígenas ainda é pouco conhecido, o que ocorre das poucas investigações, da ausência de inquéritos assim como da precariedade de informação sobre morbidade e mortalidade.

Diversas mudanças levaram a drásticas alterações no sistema de subsistência que foram desde novos regimes econômicos até as limitações territoriais, isso ocasionou empobrecimento e carência alimentar. No passado, os indígenas dependiam em menor

ou maior grau da agricultura, caça, pesca e coleta para subsistência. Portanto, podemos concluir que as transformações socioeconômicas, em geral, vinculadas a modificações nas atividades de subsistência e novas formas de trabalho, são consideradas importantes fatores relacionados a esse quadro, uma vez que se vinculam diretamente a padrões de alimentação e atividade física (LEITE et al., 2007).

As condições nutricionais frequentemente presentes em crianças e adolescentes são: desnutrição, sobrepeso e obesidade. A desnutrição é uma doença multifatorial definida como um "estado de emagrecimento ou crescimento ponderal insuficiente", que na maior parte dos casos, estabelece-se quando a dieta da criança ou adolescente não atende as necessidades corporais, variando conforme a gravidade, deficiência, idade e em face de outras doenças (LIMA, M. B.; & JÚNIOR, J. G., 2020 apud Brasil, 2013, p. 11).

Atualmente, são estabelecidos ambos os índices antropométricos junto as curvas estabelecidas pela OMS e exames complementares, que são utilizadas para medir, monitorar e avaliar o desenvolvimento das crianças e adolescentes de 0 a 19 anos nas condições de desnutrição, sobrepeso, obesidade e todas as circunstâncias relacionadas (LIMA, M. B.; & JR, J. G., 2020 apud OMS, 2012).

Na adolescência, o perfil nutricional apresenta tendências semelhantes, com destacados índices de obesidade e sobrepeso. Contudo, em decorrência da influência social e midiática pelo "corpo perfeito" os adolescentes podem estar sujeitos a padrões de baixo peso e desnutrição causando desequilíbrios fisiológicos e psicológicos como por exemplo a bulimia, a anorexia e a vigorexia (HOEHR al., 2014; COELHO et al., 2016; TODENTI, 2016).

Dessa forma, o sobrepeso, a obesidade e a desnutrição são a sexta causa de comorbidades na infância e adolescência, enfatizando a má alimentação, a falta de exercícios, o desmame e a ingestão precoce de alimentos industrializados como os principais fatores de risco para o desenvolvimento de descontroles nutricionais na infância que perduram na adolescência e fase adulta (MACIEL, 2010 apud GHUIMARÃES Jr, 2018). Para que ocorra a diminuição dos perfis de desnutrição e obesidade em crianças e adolescentes são necessárias adesões de práticas de redução de danos socioeconômicos e fisiológicos na população. Esses são possíveis mediante projetos sociais com incentivo a práticas esportivas, educacionais e alimentares, além de

ações voltadas para a promoção e prevenção em saúde (FLORES, 2013 apud OLIVEIRA, 2017).

Logo, o panorama geral do estado antropométrico e nutricional dos escolares brasileiros, destaca que apesar da elevação no acesso aos alimentos, a promoção de políticas públicas contra a fome e as ações intergovernamentais, ainda há o predomínio de doenças relacionadas a nutrição, como a desnutrição e obesidade. Portanto, ações simples como monitoração de peso e altura nas escolas são primordiais para identificar o estado nutricional e assim, redefinir as diretrizes nas políticas públicas (REIS; VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2011).

4. Conclusão

Verificou-se importante diferenças interseccionais no estado nutricional de adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica que vivem no Brasil. Nesse sentido, houve maior prevalência de déficit de estatural na população indígena, a obesidade nas adolescentes brancas e a magreza, nos adolescentes brancos. Com isso, constata-se que a população indígena deve ser foco de ações para reversão da desnutrição crônica, e as meninas brancas para a prevenção e o tratamento da obesidade. Isso reforça a necessidade da continuidade do monitoramento do estado nutricional e da realização de ações de enfrentamento para o cenário encontrado.

Sendo assim, diante da relevância do papel da nutrição e sua relação direta com todas as modificações evidenciadas nessa faixa etária, principalmente com relação às demandas nutricionais e aos padrões alimentares adotados por esta população, somados a isso, a situação de insegurança alimentar vivenciada na adolescência é de extrema relevância para intervenções futuras e suas repercussões no que tange a déficit estatural e as prevalências de sobrepeso, magreza e obesidade. Além disso, reconhecer que essas questões podem variar de acordo com fatores interseccionais, como raça/cor e sexo, é essencial para uma análise completa e precisa.

REFERÊNCIAS

BENICIO, M.H.D., & FERREIRA, R.A.B. **Obesidade em mulheres brasileiras:** associação com paridade e nível socioeconômico. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 37, n. (4/5), p. 337-342. (2015) doi:10.1590/S1020-49892015000400022

BRASIL. (2007). **Saúde, um direito de adolescentes.** (1.a ed.). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. (2022). **Insegurança Alimentar e Nutricional**. (1.a ed.). Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 18 jan. 2023

CASTRO, T. G. de., SCHUCH, I., CONDE, W. L., VEIGA, J., LEITE, M. S., DUTRA, C. L. C., ZUCHINALI, P., & BARUFALDI, L. A. **Estado nutricional dos indígenas Kaingáng matriculados em escolas indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** Cadernos De Saúde Pública, v. 26, n. 9, p. 1766–1776. (2010) doi: 10.1590/S0102-311X2010000900010

COELHO, S. E. A. C., RIBEIRO, M. G., & SICHIERI, R. (2015). **Insegurança alimentar entre adolescentes brasileiros:** um estudo de validação da Escala Curta de Insegurança Alimentar. Revista de Nutrição, v. 28, n. 4, p. 385-395. (2015) doi:10.1590/1678-98402015000400002.

COIMBRA Jr., C. E. A. & SANTOS, R. V., **Saúde, minorias e desigualdades:** Algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, V. 5, P. 125-132. (2000)
Doi:10.1590/0102-311XPT255621;

FARIA F. R, GONTIJO C. A, FARIA E. R. (In) **Segurança Alimentar e Nutricional na adolescência.** In: MoraisDC, Sperandio N, Priore SE (org.) Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. Viçosa, MG: UFV, p. 865. (2020);

FLORES, L. S. et al. **Tendência do baixo peso, sobrepeso e obesidade de crianças e adolescentes brasileiros.** Jornal de Pediatria, v. 89, n. 5, 2013. Disponível em: < http://www.redalyc.org/html/3997/399738202007/>. Acesso em: 18 out. 2018.

FONSECA, V. de M., SICHIERI, R., & VEIGA, G. V. da. Fatores associados à obesidade em adolescentes. **Revista De Saúde Pública,** v. 32, n. 6, p. 541–549. (1998). doi:10.1590/S003489101998000600007

GOMES, F. da S., ANJOS, L. A. dos., & VASCONCELLOS, M. T. L. de. Antropometria como ferramenta de avaliação do estado nutricional coletivo de adolescentes. **Revista De Nutrição**, v. 23, p. 4, p. 591–605. (2010) doi:10.1590/S1415-52732010000400010

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61–73. Jan. (2014) doi:10.1590/S0103-20702014000100005

HORTA, B. L., SANTOS, R. V., WELCH, J. R., CARDOSO, A. M., SANTOS, J. V., & ASSIS, A. M. Nutritional status of indigenous children: findings from the First National Survey of Indigenous People's Health and Nutrition in Brazil. **International Journal of Equity in Health**, v. 12, p. 23. (2013) doi:10.1186/1475-9276-12-23

LEITE, M. S., SANTOS, R. LEITE, V., COIMBRA JÚNIOR, C. E. A., & GUGELMIN, S. A. **Alimentação e nutrição dos povos indígenas no Brasil.** In Kac, G., Sichieri, R., & Gigante, D. P. (Orgs.). Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Atheneu. p. 503-517. (2007)

LIMA, M. B.; & JÚNIOR, J. G. Riscos nutricionais em crianças e adolescentes identificados pelo programa saúde na escola (pse): uma revisão da literatura. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências,** v. 3, n. 1, p. 1142 – 1172. (2020)

MACIEL, E. L. N. et al. Projeto Aprendendo Saúde na Escola: a experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 15, p. 389-396, (2010). Acesso em: 18 out. 2018.

OLIVEIRA, H. S. et al. Estado nutricional de crianças e adolescentes atendidos em um projeto socioassistencial e educacional. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 3, p. 1335-1342, 2017. Acesso em: 18 out. 2018.

REIS, C. E. G.; VASCONCELOS, I. A. L.; OLIVEIRA, O. M. V. Panorama do estado antropométrico dos escolares brasileiros. **Revista Paulista de Pediatria,** v. 29, n. 1, p. 108-116, 2011. Disponível em: < http://www.redalyc.org/pdf/4060/406038936017.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

ROSSI, A., MOREIRA, E. A. M., & RAUEN, M. S. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista De Nutrição,** v. 21, n. 6, p. 739-748. nov. (2008) doi:10.1590/S1415-52732008000600012

SANTOS, C. D. L., CARDOSO, A. M., & SICHIERI, R. Influência do déficit de estatura nos desvios nutricionais em adolescentes e pré-adolescentes. **Revista de Nutrição,** v. 22, n. 2, p. 187-194. (2009) doi:10.1590/S1415-52732009000200007

SILVA, S. O. DA. et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. e00255621, (2022).

SOUZA, K. P; SANTOS, P. B. Dos. **Prevalência de sobrepeso em mulheres da comunidade indígena Tupinikim de Caieiras Velhas em Aracruz-ES.** 2018. 28 f. Artigo (Trabalho de conclusão de curso) - Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.